

SUMÁRIO

ALADI/CR/Ata 105
(Extraordinária)
Sumário
22 de julho de 1985

RESERVADO

O Comitê de Representantes da ALADI recebe a visita do Licenciado Antonio Ortiz Mena, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento por ocasião do XXV Aniversário do BID e da abertura do Seminário "América Latina: Integração e economia internacional".



APROVADA

NA 110 - a. Sessão

ALADI/CR/Ata 105
(Extraordinária)
22 de julho de 1985
Hora: 10h. 20m às 11h 15m

ORDEM DO DIA

O Comitê de Representantes da ALADI recebe a visita do Senhor Licenciado Antonio Ortiz Mena, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, por motivo do XXV Aniversário do BID e inauguração do Seminário "América Latina: In^{te}gração e economia internacional".

Preside:

RAÚL PINTO ALVAREZ

Assistem: Leopoldo H. Tettamanti, Carlos Alberto Onís Vigil, Rodolfo Ignacio Rodríguez, Juan José Martínez, María Cristina Boldorini e Fernando Daniel Escalona (Argentina); Isaac Maidana Quisbert (Bolívia); Luiz Cláudio Pereira Cardoso e Armando Sérgio Frazão (Brasil); Santiago Salazar Santos e Augusto Zuluaga Salazar (Colômbia); Juan Pablo González González, Guillermo Anguita Pinto e Patricio Victoriano Muñoz (Chile); José Alberto Peñaherrera Echeverría e Roberto Betancourt Ruales (Equador); Arturo González Sánchez, Andrés Falcón Mateos, Dora Rodríguez Romero e José Pedro Pereyra Hernández (México); Santiago Alberto Amarilla Vargas, Emilio Lorenzo Giménez Franco e Ireneo Adorno (Paraguai); Raúl Pinto Álvarez, Carlos Berninzon Devescovi e Pedro Rubín Heraud (Peru); Gustavo Margariños, Héctor Carlevaro Torres, José Roberto Muínelo, Enrique Juan Delgado Genta, Ricardo Nario e María Angélica Peña de Pérez (Uruguai); Jesús Alberto Fernández Jiménez e Jenny Clauwaert González (Venezuela); Mauricio Castro Aragón (El Salvador); Félix Guillermo Fernández-Shaw Baldasaro (Espanha); María Ofelia Arreaga de D'Acunti (Guatemala); Salvador Rodezno Fuentes (Honduras); Afonso Henriques de Azeredo Malheiro (Portugal); Jorge Camarena e Erwin Lutz (BID); José María Puppo (CEPAL).

Secretário-Geral: Juan José Real.

Secretário-Geral Adjunto: Franklin Buitrón Aguilar.

//

- Antonio Ortiz Mena, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Juan Mario Vacchino, Diretor do Instituto para a Integração da América Latina (INTAL).

PRESIDENTE. Senhores, é para mim uma grande honra declarar aberta esta sessão extraordinária, celebrada por motivo da comemoração do XXV Aniversário do BID.

Senhor Presidente do BID, Antonio Ortiz Mena, Senhor Secretário-Geral da ALADI, Embaixador Juan José Real, Senhor Juan Mario Vacchino, Diretor do INTAL, Senhores participantes do painel, Senhoras e Senhores: É uma honra para o Comitê de Representantes, que tenho o orgulho de presidir, receber tão ilustres visitantes, unidos pela comum convicção de que a integração latino-americana é um imperativo histórico. E que melhor reflexão que os vinte e cinco anos de trabalho que cumpre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, prestigiada instituição interamericana que desempenha um importante papel de apoio a nossos esforços para melhorar o nível de vida de nossos povos.

A economia internacional atual, inflacionária e recessiva, mais que uma conjuntura, parece tornar-se permanente, afetou com singular gravidade nossas economias com suas conhecidas seqüelas de iliquidez, desemprego, recessão e perturbações sociais. Uma superestrutura sobre a qual nossos países carecem de influência vem determinando de forma ostensiva o comportamento econômico de nossos países, enquanto a região é incapaz, até o momento, de orquestrar e pôr em vigor medidas econômicas e financeiras que busquem reduzir o impacto da recessão nos polos de poder.

Assim, a integração latino-americana desde os anelos de nossos libertadores até nossos dias, não tem sido tão necessária historicamente como agora, em que as regras que sustentaram o ordenamento econômico internacional do pós-guerra não são mais cumpridas; em que os fatores distorsionadores do comércio adquirem legalidade internacional e as condições financeiras se agravam ano a ano sem poder influenciar em sua direção.

Mas, os resultados são modestos. Economias em sua maior parte produtoras e exportadoras de matérias-primas, com desiguais níveis de desenvolvimento, constituem desafios à imaginação econômica e política a fim de buscar os modelos que permitam dinamizar o processo de integração latino-americana, como parte da existência histórica e reação frente ao contexto internacional.

O Seminário que hoje inauguramos "América Latina: Integração e Economia Internacional", será uma importante contribuição para os trabalhos deste Comitê que, como os Senhores sabem, a raiz da Declaração de Montevideu, está definindo uma agenda para a "Rodada de Negociações Comerciais" que dinamize o intercâmbio regional e incorpore novas modalidades de comércio não utilizadas pela região, ou talvez utilizadas de forma incipiente.

Senhor Presidente do BID, nesta ocasião em que se celebra os 25 anos de meritório trabalho da instituição, dignamente presidida por Vossa Senhoria, desejo agradecer, como Presidente do Comitê de Representantes da ALADI, os esforços que

//

//

vem realizando o BID para cumprir os compromissos assumidos em sua última visita a esta casa, em 30 de março do ano passado, e agradecemos-lhe mui cordialmente por assistir a este magno evento.

Em nome do Comitê de Representantes, agradeço a feliz iniciativa do Senhor Secretário-Geral da ALADI e do Senhor Diretor do INTAL de trazer para este foro de negociações um debate acadêmico em tão adequado nível, cujas deliberações e conclusões serão uma considerável contribuição para as idéias que aqui, nesta sala, se vêm intercambiando permanentemente sobre a integração latino-americana.

Muito obrigado.

Tenho a honra de ceder a palavra ao Senhor Secretário-Geral da ALADI, Embaixador Juan José Real.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Apenas umas breves palavras para acrescentar as expressões da Secretaria-Geral a suas saudações e dar ao Senhor Antonio Ortiz Mena as mais cordiais boas-vindas, bem como às demais personalidades que hoje nos visitam.

O momento que estamos festejando, o aniversário do Banco, para nós é motivo também de satisfação, já que esta Associação esteve unida ao desenvolvimento do Banco.

Nestes momentos estamos passando por uma circunstância na qual se registra o que poderia qualificar-se como uma eclosão regional e, de alguma maneira, todos queremos participar, o mais ativamente possível, do âmbito latino-americano, onde vem ocorrendo uma valorização do espaço regional, uma articulação das renascentes democracias nacionais e uma atitude de resposta tanto à ação externa como ao desejo de consolidar-se internamente.

Nesta busca de um caminho estão os países e está a Associação; em uma soma de atividades onde ocorre uma intensa ação no plano bilateral dentro dos mais diversos entendimentos, uma declarada e uma espontânea ação no plano sub-regional e, por sua vez, uma busca de algum contexto e algum mecanismo multilateral que nos reúna e nos agrupe dentro de uma projeção continental.

Este é um tema ao qual nos estamos dedicando ativamente nesta sala de negociações e é um tema que às vezes nos leva a perguntar-nos se é necessário para a região, nestes momentos, poder possuir ou poder encontrar, ou propender para um projeto regional.

Talvez essas idéias neste momento nos escapem e nos superem, mas é importante reforçar que no presente momento deve propender-se, deve procurar-se a unidade regional intensa e solidária. De maneira que, como manifestava o Presidente do Comitê, da visita que tivemos na Associação do Excelentíssimo Senhor Julio María Sanguinetti, Presidente da República Oriental do Uruguai, ao iniciar seu período de Governo, foi proposta uma Rodada de Negociações.

A ênfase dessa Rodada de Negociações está basicamente na valorização regional, e procurar que a região, através dos diferentes mecanismos de negociação que se vêm estudando possa encontrar nela o espaço adequado para seu crescimento e seu fortalecimento econômico em geral.

gml

//

//

Basicamente viemos examinando duas grandes áreas de cooperação: no plano comercial e no plano financeiro; e é em torno dessas áreas que estamos também esboçando, como o Senhor Presidente sabe, a cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que mais uma vez volta a aproximar-se desta casa para encontrar os caminhos e as modalidades de uma ação decidida de cooperação regional.

Nessa ordem de idéias está sendo dada prioridade especial ao tema do menor desenvolvimento e, como este fica incrustado no processo de ação regional, ao tema empresarial e, fundamentalmente, ao da cooperação financeira. É aí onde penso e pensa a Secretaria-Geral que deverá dar-se ênfase para encontrar uma modalidade de de cooperação ativa e direta na qual o Banco possa somar-se aos esforços da integração regional.

Em definitivo, Senhor Presidente e Senhores Representantes, o que se procura neste momento e ao que tende a região é reforçar a união regional; e enquanto não se encontra o caminho adequado que nos leve a um projeto, manter todas as vias de ação abertas para formar uma trama latino-americana que nos mantenha unidos em um momento de grande dificuldade e de grande crise interna para sair depois para terrenos mais firmes. Nesse campo, com essa modalidade e com essa atitude consideramos que a participação do Banco, decidida e solidária, será sumamente apreciável e sumamente bem-vinda. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tenho a honra de convidar o Senhor Presidente do BID para que faça uso da palavra.

PRESIDENTE DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (Antonio Ortiz Mena). Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhores Embaixadores, distintos membros do painel:

Desejo expressar, em primeiro lugar, meu profundo reconhecimento pessoal e da Instituição que presido por esta nova oportunidade que me foi brindada de dirigir-me a este Comitê que tem a competência e responsabilidade de traduzir em fatos a vocação integracionista dos países-membros da Associação Latino-Americana de Integração. Há 25 anos, o Banco Interamericano e esta Associação iniciavam sua ação de apoio ao processo de desenvolvimento dos países da região. Hoje, nesta sessão especial do Comitê de Representantes da ALADI quero destacar o elevado valor que nossa Instituição atribui aos objetivos da integração econômica e aos trabalhos aqui realizados, para tornar realidade a idéia de uma América Latina unida e solidária. Compartilhamos assim da celebração de um aniversário comum, e ao fazê-lo nada melhor do que compartilhar também das reflexões que nos impõem a experiência acumulada, a imensidão do trabalho pendente e a gravidade deste momento histórico latino-americano.

Nossas duas instituições operam sobre estas realidades, cada uma desde seus respectivos campos de ação e competência. Cumprimos mandatos de nossos Governos-membros, que nos levam a tomar decisões diárias. Mas, essa dinâmica, longe de impedir-lo, deveria nos impulsionar a fazer pausas no caminho, para meditar sobre os desafios que enfrentamos e buscar a melhor forma de encará-los, tratando assim de responder às expectativas que nossos países nos confiaram. Por isso, desejo encorajar a Secretaria-Geral da ALADI, que com a colaboração do INTAL quis aproveitar este aniversário para congrega, em volta desta mesa de debates e reflexão, um grupo destacado de personalidades latino-americanas que nos dois próximos dias examinarão o papel da integração regional na conjuntura econômica internacional que enfrenta a América Latina.

//

//

O momento demanda identificar fórmulas operacionais que permitam traduzir em fatos concretos a vontade de colaboração política dos Governos. Este é um momento em que a ênfase deve ser posta na expansão do comércio intra-regional e no melhoramento dos mecanismos de interação econômica regionais, que permitam sustentar o grande esforço de ajuste e de desenvolvimento com que a América Latina enfrenta esta difícil etapa. E como toda crise, a presente tem suas urgências. É por isso que a dimensão temporária das propostas técnicas que aqui sejam feitas devem amoldar-se ao curto tempo disponível para influir sobre o curso dos acontecimentos que vivemos, que por momentos parecem desbordar os condutos normais dos processos econômicos e políticos da região.

Estou certo de que a vasta experiência, os conhecimentos, a imaginação e a vocação latino-americana das distintas personalidades convidadas para este encontro contribuirão para que nos debates se chegue a conclusões e recomendações que assinalem nossos caminhos de ação -tanto para o Banco como para esta Associação- que tornem mais efetivos os esforços de integração regional e ao mesmo tempo orientem a participação de nossos países nas próximas rodadas multilaterais de negociações comerciais.

No recente "Encontro de Montevideu", não apenas se renovou no mais alto nível político o compromisso da integração, como uma das respostas que demanda a séria crise econômica que afeta a região, mas também se reiterou a histórica associação do Uruguai com o ideal da unidade latino-americana. Isso reafirma seu tradicional compromisso com a democracia e seu férreo apego à liberdade. Esta é terra de amizade, de solidariedade, de diálogo e de conciliação, virtudes intimamente associadas aos ideais de cooperação e integração entre os povos. Difícil seria, portanto, imaginar um âmbito mais apropriado que esta cidade de Montevideu para o desenvolvimento do Seminário que hoje inauguramos, em um clima mais propício para a reflexão serena e audaz que o momento nos impõe.

Nossas duas instituições são testemunho do valor da cooperação econômica entre as nações. Nasceram em momentos difíceis da história do desenvolvimento latino-americano. Então como hoje, tratava-se de conciliar ideais democráticos com a mesquinhez de recursos para atender demandas crescentes de uma população ávida de progresso e bem-estar. A urbanização e a industrialização geravam tensões sociais e políticas que originavam controvérsias sobre os modelos ou estilos de desenvolvimento mais apropriados às realidades nacionais. As velhas estruturas sociais rurais e agrícolas impediam satisfazer as exigências de progresso econômico e de justiça social. No plano externo, os países latino-americanos enfrentavam a necessidade de adaptar suas políticas de comércio exterior às novas condições comerciais internacionais, marcadas pelas tendências ao multilateralismo, o surgimento de grandes centros de poder econômico e a integração das nações européias.

A idéia de cooperação multilateral tem duas dimensões complementares. A primeira é a vinculação entre nossos países e os países industrializados. Seu trabalho consiste em mobilizar recursos financeiros e técnicos dos países industrializados e da própria região para levar adiante projetos de desenvolvimento econômico e social. Um de seus instrumentos principais é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma experiência pioneira que serviu de modelo para outros bancos regionais e que em seus 25 anos de existência permitiu canalizar para a região 28 bilhões de dólares e concretizar assim investimentos da ordem dos 100 bilhões de dólares.

A outra dimensão é eminentemente latino-americana. Ela consiste na interconexão dos mercados da região, através de mecanismos de comércio preferencial e de

//

complementação e integração econômica. Nos processos de integração se foi criada uma ampla rede de instrumentos sub-regionais e de comércio preferencial, que chegaram a abarcar hoje praticamente toda a região. A este respeito, devemos destacar que nestes 25 anos esta Associação desempenhou um papel central neste processo.

Ambas as dimensões da cooperação econômica multilateral na América Latina foram sempre concebidas como complementares, e é por isso que o nascimento paralelo da ALALC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento não foi um fato fortuito. O financiamento externo e o comércio intra-regional ficaram desde então associados às estratégias de modernização e de desenvolvimento das economias latino-americanas.

Mas, nenhuma destas dimensões da cooperação multilateral foi concebida como excludente dos esforços internos que os países deviam efetuar para desenvolver-se nem das formas mais tradicionais de cooperação bilateral entre os próprios países da região, ou destes com os países industrializados. Pelo contrário, sempre esteve presente a idéia de que a cooperação multilateral no campo financeiro supunha um forte esforço de economia interna e de mobilização dos recursos humanos e naturais de cada país. Além disso, este esforço de cooperação internacional significava que em matéria de comércio intra-regional se desenvolveria um intenso e simultâneo aproveitamento dos mercados regionais e dos extra-regionais. A experiência recente nos demonstra que quando se perdeu de vista a necessária inter-relação dos diferentes âmbitos do desenvolvimento nacional, este foi seriamente socavado.

A problemática do desenvolvimento latino-americano, segundo se reconheceu há décadas, embora tenha alguns aspectos comuns com os de outras regiões em desenvolvimento, apresenta características próprias. Sem prejuízo dos, às vezes, muito marcados aspectos nacionais, os fatores culturais, sociais, econômicos e políticos, que são únicos de nossa região, requerem um tratamento específico. Neste contexto cabe reconhecer uma interdependência regional que tem sua própria lógica e dinâmica interna, e que gera suas respectivas regras de jogo e instituições. Mas, do mesmo modo que no caso europeu, a experiência latino-americana como região não exclui natural especificidades sub-regionais, tais como a andina, a centro-americana, a do Caribe de fala inglesa ou a das bacias do Rio Amazonas e do Rio de la Plata. Ela também não nega aqueles aspectos da problemática latino-americana que têm um alcance mais global ou universal e que são comuns aos países em desenvolvimento e inclusive a alguns do mundo industrializado.

Da especificidade da problemática do desenvolvimento latino-americano derivam duas conseqüências que estão presentes no desenvolvimento de nossas instituições. A primeira é que o progresso em cada um de nossos países está intimamente ligado ao desenvolvimento da região em seu conjunto. O desenvolvimento individual e o desenvolvimento coletivo estão estreitamente associados pela crescente importância relativa que tem para cada país o acesso preferencial aos mercados e recursos do resto da região. Este fator pode chegar a ser tanto mais importante quanto menor for a dimensão econômica de um país, ou quanto maior forem as dificuldades que o mesmo enfrenta para aceder aos mercados e recursos do resto do mundo. Do ponto de vista do financiamento internacional para o desenvolvimento, é evidente como surgem mais e mais projetos viáveis, de um ponto de vista técnico e econômico, quando se pode contar com a certeza de um acesso preferencial e acessível a mercados e recursos de outros de países da região.

//

//

Por outro lado, a conexão e dependência entre o desenvolvimento individual e o coletivo se evidencia mais ainda quando estes países enfrentam condições cíclicas externas que se projetam sobre todos eles, por exemplo, como ocorreu nos anos trinta ou como acontece atualmente. O mesmo ocorre quando medidas econômicas aplicadas isoladamente por um país afetam a atividade econômica de outros, em particular daqueles com os quais mantêm relações estreitas, como se observou, por exemplo, em anos recentes, com os efeitos da rápida ou drástica abertura comercial ou de políticas recessivas.

Frente a esta segunda consequência, corresponderia aos próprios países latino-americanos reconhecer uma responsabilidade primordial no manejo da cooperação econômica multilateral para o desenvolvimento. Entendeu-se, e com razão, que quando os próprios latino-americanos encaram os problemas da região com uma melhor compreensão de suas raízes e características sabem elaborar critérios e metodologias de ação adaptadas às reais circunstâncias. Assim é como os requerimentos de eficácia das políticas adotadas são muito melhor atendidos quando na cooperação para o desenvolvimento seus principais beneficiários assumem um papel protagonista.

No caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma das contribuições mais significativas da Instituição para a experiência internacional em matéria de cooperação econômica multilateral foi precisamente que seus beneficiários diretos assumissem um papel central em sua região técnica e operacional, evitando-se assim o paternalismo e a verticalidade tantas vezes presentes na administração da ajuda externa para o desenvolvimento. Cabe reconhecer que os países industrializados membros da instituição souberam respeitar esta característica, mesmo defendendo seus legítimos interesses, gerando-se assim uma tradição atualmente enraizada em nosso Banco.

No caso dos esquemas de integração se iniciou, também, uma experiência frutífera de gestão multilateral de formas diversas de cooperação intra-latino-americana para o desenvolvimento, que hoje constitui um valioso acervo da região e uma sólida base para empreender novas e mais ambiciosas fases de cooperação. Devemos reconhecer, também, que no quarto de século transcorrido a assistência técnica internacional canalizada para os esquemas de cooperação e integração na região -através de nossa instituição e de outras agências multilaterais e nacionais de cooperação para o desenvolvimento- demonstrou a compatibilidade existente entre uma gestão autóctone desses esquemas e o apoio externo.

Diante da crítica situação da América Latina, impõe-se hoje uma revalorização da cooperação econômica multilateral para o desenvolvimento, considerando todas suas dimensões. Como também ocorreu nos anos sessenta, observa-se agora uma firme vontade manifestada pelos países da região de fazer todos os esforços e sacrifícios necessários para ajustar suas economias e introduzir mudanças estruturais, para responder à nova realidade econômica internacional. Junto à disciplina econômica e social que estes esforços supõem, vários países procuram consolidar suas instituições democráticas, o que demonstra um notável valor cívico dos governantes e líderes políticos e sociais. Há poucos dias o Governo do Presidente Alfonsín deu prova de decisão e responsabilidade cívica ao adotar imaginativas medidas econômicas, sendo também admirável como o povo argentino soube reagir em forma tão positiva à convocação para lutar frontalmente contra a inflação. Entendemos que, frente a estes esforços, a comunidade internacional tem maior responsabilidade de acudir em apoio daqueles que estão dando uma invalorable contribuição para a estabilidade internacional e para a convivência pacífica em nosso Continente.

gml

//

//

Creio interessante destacar alguns aspectos comuns da atual experiência econômica regional. Depois de três anos consecutivos de estancamento e diminuição do volume global de produção, em 1984 a maioria dos países latino-americanos logrou uma recuperação parcial de seus níveis de atividade econômica. Para a região em seu conjunto o produto interno bruto aumentou em 1984 em aproximadamente 3,1 por cento, o que veio significar um alto na tendência declinante do produto por habitante. Obteve-se também progressos significativos nas contas do balanço de pagamentos. O déficit corrente externo diminuiu para apenas dois bilhões de dólares, em comparação com 8,5 bilhões de dólares em 1983 e 39 bilhões de dólares em 1982. Mas é preciso levar em conta que nestas cifras, que denotam logros de magnitude, subjazem dois fenômenos de significação econômica muito diferente. Eles são o incremento do excedente comercial e o aumento da incidência dos pagamentos de juros e lucros ao capital externo.

O superávit comercial voltou a incrementar-se em 1984 acima do nível já excepcional alcançado em 1983. Passou-se assim de um balanço comercial de 1,5 por cento do produto bruto interno em 1981 para cerca de 5 por cento em 1984. Este resultado foi alcançado em parte pelo aumento das exportações, impulsadas pelo maior dinamismo do mercado dos Estados Unidos. As importações de bens, que continuaram em geral deprimidas, registraram não obstante uma leve recuperação, como reflexo principalmente da reativação econômica na Costa Rica, Chile, Equador e México.

Com relação ao aumento nos pagamentos de juros e lucros do capital externo, de 35 bilhões de dólares em 1983 para 39 bilhões de dólares em 1984, cabe salientar que o mesmo reflete fundamentalmente a tendência altista das taxas de juros nos mercados financeiros ocorrida entre começos de 1983 e 1984, sem que alcanças-se a compensar-se pela tendência à baixa observada no último trimestre do ano passado. Este é um fenômeno da maior transcendência nas relações comerciais e financeiras da América Latina no resto do mundo, que evidencia a falta de simetria entre o esforço de ajuste interno e de expansão de exportações realizado pela maioria destes países e a trajetória das taxas de juros externas, que incidem tão desfavoravelmente no custo do endividamento da região.

De fato, o esforço efetuado na esfera da economia real, com sacrifícios extraordinários em termos de produção, emprego e bem-estar social, permitiu gerar o excedente comercial necessário para cobrir os compromissos de juros vinculados com a dívida externa apenas a um número reduzido de países, especialmente aquelles que são exportadores de petróleo ou que dispuseram de uma capacidade industrial suficientemente flexível para aproveitar a expansão do mercado de importações dos Estados Unidos. É por isso que para a América Latina, considerada em seu conjunto, é um fator muito promissório a continuação da tendência à baixa nas taxas de juros internacionais observada nos últimos meses, que na medida em que seja um resultado estável e paralelo com uma melhoria adicional das exportações, permitiria aliviar as restrições do balanço de pagamentos que atualmente limitam as possibilidades de crescimento econômico da região, afetando também as importações de bens de capital procedentes dos países industrializados.

Não obstante, há outros âmbitos em que a recente evolução econômica latino-americana apresenta resultados claramente alarmantes. Um é a formação de capitais, um fator que constituiu a força motriz principal do desenvolvimento regional nas duas décadas passadas, e que agora evidencia quão profundas podem ser as consequências da crítica situação econômica atual sobre as perspectivas futuras do desenvolvimento na América Latina.

//

//

A despesa global em investimento interno bruto diminuiu drasticamente para o conjunto de países da região nos anos 1982 e 1983, e se calcula que a queda, medida em cifras de valores reais, alcançou aproximadamente 40 bilhões de dólares por ano desde 1982 em diante, em comparação com o nível médio registrado no período 1980-1981. O outro problema fundamental é do emprego, apesar da antes aludida recuperação parcial da economia, a taxa média de desemprego nas principais cidades latino-americanas manteve-se em níveis excepcionalmente elevados e na maioria dos casos inclusive incrementou-se com relação a 1983. Mais grave ainda é o fato de que apenas uma percentagem marginal da nova força de trabalho que se incorpora ao mercado de trabalho cada ano pode ser empregada. O terceiro é o da inflação, onde o panorama, sumamente variado em avanços e retrocessos, tendeu em 1984 e no primeiro semestre de 1985 a piorar, devido ao desbordo da alta dos preços em certos casos.

Convém assinalar que os efeitos da crise sobre o desenvolvimento de todos os países da região -seja qual for sua dimensão econômica e seu nível de ingressos- questionam a tendência crescente a considerar que os fluxos de assistência para o desenvolvimento só podem se justificar no caso dos países de menores ingressos e de mais baixa capacidade de poupança interna. Pelo contrário, no caso dos países de ingressos médios, ou mesmo de ingressos médios baixos, os efeitos da crise econômica somam-se às já sérias dificuldades apresentadas pelo crescimento urbano, pelo crescimento demográfico e pelas exigências da modernização de sua agricultura e reestruturação industrial.

Quero referir-me agora a dois campos nos quais a cooperação internacional pode ser decisiva para o êxito dos esforços e sacrifícios que atualmente realizam os países latino-americanos. Nesta empresa somente se obterá êxito na medida em que as políticas de ajuste possam basear-se em uma forte reativação das economias da região. Com essa finalidade é essencial e urgente uma nova dose de cooperação internacional, concebida com um sentido histórico e orientada para o fortalecimento da ordem econômica e financeira internacional e para atender às exigências da recuperação das tendências de desenvolvimento a longo prazo dos países latino-americanos. Não nos enganemos acerca das fendas que deixaria no sistema econômico, e mesmo político internacional, um fracasso do atual empenho latino-americano por recuperar seu desenvolvimento econômico. Estamos nos referindo a uma cooperação internacional dirigida a satisfazer interesses mútuos dos países industrializados e os desta região, que é a única que a história demonstra ser efetiva.

O primeiro destes campos é o campo do comércio internacional. Apesar dos resultados relativamente positivos que antes salientamos no comércio exterior da região, o comércio mundial continua sujeito a fatores desfavoráveis, que não só podem enfraquecer a recuperação alcançada pelas exportações latino-americanas em 1984 mas, inclusive, comprometem a estabilidade do sistema comercial internacional. Convém salientar dois fatos nesse sentido. Por um lado, o fato da concentração do impulso expansivo quase exclusivamente na economia dos Estados Unidos, enquanto que grande número de países industrializados e em desenvolvimento se esforça por aplicar políticas de ajuste de efeitos contrativos sobre as importações e o comércio mundial. Um resultado inevitável desta experiência tem sido o incremento sem precedentes do déficit comercial dos Estados Unidos, reforçado pela sua parvalorização do dólar e pelo aumento das despesas internas mais rápidas que o aumento da produção. Por outro lado, o da evolução desfavorável dos preços dos produtos primários, que, a diferença de experiências cíclicas passadas, mantêm-se deprimidos aos níveis mais baixos dos últimos 40 anos.

//

//

A eles deve-se somar, como outro fator de perturbação na evolução do comércio mundial, o recrudescimento do protecionismo por parte dos países industrializados. Manifestou-se através de diversas formas de restrições quantitativas, entre as quais se destacam os chamados "acordos voluntários de ordenamento de mercados". Os países industriais, em geral, continuaram empregando tarifas para proteger a produção interna de bens de consumo e têxteis e usaram múltiplas medidas não-tarifárias para reforçar a proteção tarifária e, ao mesmo tempo, aumentar significativamente a proteção à manufatura de bens agrícolas, item de exportação de especial interesse para os países em desenvolvimento. Agrava este quadro a acen tuada prática de exportações subsidiadas de produtos agrícolas que, se não forem abandonadas, poderão produzir efeitos devastadores, especialmente no caso das que les países da região cujo setor externo depende muito das exportações agrícolas de clima temperado.

Vista da perspectiva da atual crise do desenvolvimento latino-americano, a idéia de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do GATT pode significar uma contribuição positiva e para isso é necessário que seja percebida como um esforço efetivo de cooperação comercial internacional, que leve em conta tanto os interesses específicos dos países latino-americanos quanto que assegure um desmantelamento efetivo das estruturas protecionistas por parte dos países industrializados.

Contudo, para conseguir resultados eficazes na perspectiva latino-americana aqui examinada, este exercício de negociação multilateral deveria inserir-se em um quadro mais amplo de cooperação internacional, que compreenda o conjunto de fatores econômicos externos que condicionam os esforços de ajuste e desenvolvimento latino-americanos.

Comércio e financiamento, ajuste e desenvolvimento configuram quatro elementos estreitamente ligados de uma estratégia de cooperação internacional, de acordo com as realidades contemporâneas de um sistema de interdependência econômica global. Neste contexto, uma nova rodada de negociações multilaterais de comércio adquire pertinência e valor. As alternativas e, em particular, as ações restritivas unilaterais ou o encerramento em um bilateralismo anacrônico só podem agravar as atuais condições do comércio internacional e acelerar um perigoso curso para a anarquia econômica mundial.

O segundo dos campos que quero mencionar como apropriado para novos esforços de cooperação internacional é o da dívida externa latino-americana. Aqui é positivo assinalar os progressos alcançados a respeito do quadro observado durante alguns dos momentos mais críticos do período 1982-1984, particularmente quando maiores foram os riscos para a estabilidade do próprio sistema financeiro internacional. Inclusive algumas das negociações concluídas mais recentemente por países latino-americanos, como México e Venezuela, com seus credores privados internacionais permitiram avançar em acordos de reprogramação multianual dos vencimentos do principal, junto a condições de financiamento mais favoráveis. O objetivo principal destes acordos consistiu em adequar o programa de reembolso do principal às possibilidades antecipadas de pagamento calculadas em função da recuperação do crescimento econômico dos países para restabelecer condições de maior normalidade em seu acesso aos mercados de capitais. Em outros casos, como os mais recentes do Equador e da Costa Rica, foram concluídos acordos de reprogramação similares. A extensão deste tipo de acordos multianuais a outros países devedores da região pode constituir uma contribuição positiva para um melhor tratamento do problema da dívida externa.

//

//

Mas, não podemos iludir-nos, pensando que o problema está resolvido. O excedente comercial sobre o qual se apoiam os programas de ajuste conseguiu-se, fundamentalmente, através de um corte abrupto das importações, associado à mais profunda e prolongada contração econômica da região nos últimos cinquenta anos, com seqüelas de desemprego massivo e de deterioração nas condições de vida da população, que em muitos casos se aproximam dos limites razoáveis da tolerância social e política. Por outro lado, o verdadeiro significado econômico dos excedentes do balanço de pagamentos não é senão uma transferência de recursos reais da América Latina para os países credores. Longe de constituir uma situação transitória, ameaça transformar-se em uma fase prolongada das economias latino-americanas que alteram os princípios e condições básicas da cooperação internacional e do desenvolvimento da região.

Por motivos sociais e políticos e para fortalecer a solvência real com que os países latino-americanos respondam a suas obrigações financeiras externas, não vemos outra solução duradoura para o problema da dívida da região a não ser um esforço interno extraordinário de mobilização de recursos e de utilização eficiente da capacidade produtiva. Este processo envolve uma importante reativação do investimento e do crescimento econômico, de modo compatível com a estabilização de preços e o equilíbrio monetário e fiscal. Mas, este esforço da ordem interna requer condições econômicas externas favoráveis, que impeçam tornar inoperantes as políticas de ajuste e que estimulem o comércio e o financiamento requeridos pela reativação econômica.

Os esforços unilaterais de ajuste dos países latino-americanos só podem frutificar em um contexto de recuperação econômica internacional e de estabilidade monetária nos países industrializados. Três requisitos externos têm especial significação no problema do endividamento externo regional. Um é a diminuição das taxas de juros em termos reais. Outro é a reversão das tendências ao protecionismo comercial e à desordem na concorrência comercial internacional. O terceiro é o restabelecimento das correntes de capital privado para a região, particularmente na forma de investimentos diretos e de crédito comercial e a longo prazo para projetos de investimento, complementadas por uma expansão significativa do financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico.

Os países latino-americanos estão demonstrando, nos fatos, sua vontade de cumprir seus compromissos financeiros externos. Os países credores, as instituições financeiras internacionais e os bancos comerciais também contribuíram para evitar que a crise da dívida externa terminasse por arrastar ao caos o sistema financeiro internacional. Foi deixada de lado toda tentação de procurar soluções extremas e até o momento prevaleceu a racionalidade.

Por isso considero que já estão reunidos os requisitos objetivos e subjetivos -nas realidades e nos comportamentos- para que com visão política e sentido histórico se inicie um verdadeiro diálogo que permita chegar a entendimentos efetivos sobre as condições externas necessárias para ajuste e desenvolvimento das economias latino-americanas.

Muitas são as fórmulas imaginadas para dar uma resposta no plano técnico ao problema que se apresenta. Porém, como demonstrou oportunamente a experiência do Plano Marshall, em uma situação como a que então enfrentavam a Europa e a Aliança Atlântica, e como a que hoje enfrentam na América Latina os países industrializados e os próprios países da região, o essencial é inserir as respostas técnicas e a necessária mobilização de recursos e de energias em um âmbito de solidariedade e de cooperação internacional. Um esforço conjunto de credores e devedores é requisito decisivo para motivar milhões de latino-americanos para continuar com o tenaz esforço humano que a austeridade impõe e para a necessidade de notar como algo factível e a seu alcance a gratificação futura pelas privações do pre

//

//

sente. Não desperdicemos no imenso trabalho do desenvolvimento latino-americano o capital que representa a boa vontade, a sensatez, a capacidade de sacrifício de nossos povos e sua obstinada predisposição a ter fé.

Do mesmo modo como a cooperação internacional com a América Latina é essencial e urgente perante as dificuldades atuais, a cooperação entre os próprios países latino-americanos é um requisito para que ela produza todos seus benefícios potenciais. Neste último quarto de século os países latino-americanos acumularam uma ampla experiência em matéria de cooperação econômica recíproca e integração regional. Houve marcados progressos e também frustrações. Há uma visão mais crítica a respeito de idéias e fórmulas, forâneas ou autóctones, que não se ajustam aos interesses nacionais ou às possibilidades práticas dos países da região. Diminuiu a ilusão da cooperação e da integração, como fórmulas simples, lineares e de efeito rápido, através das quais se pudesse encurtar o longo caminho do desenvolvimento. Sabe-se agora que não constituem um atalho.

No entanto, acredito que não tenha diminuído a convicção de que só no âmbito da cooperação econômica intra-regional e da integração os países latino-americanos poderão encontrar respostas a longo prazo para os problemas de seu desenvolvimento econômico, bem como para defender seus interesses coletivos e superar a atual crise econômica. Existe consciência de que a dimensão temporária da integração, como a do desenvolvimento, supera amplamente a de uma geração. Porém, isso não é um obstáculo ao reconhecimento de que a integração econômica continua sendo uma resposta com vigência para os problemas existentes no desenvolvimento latino-americano. A esse respeito a Conferência Econômica Latino-Americana de Quito e, depois, o recente Encontro de Montevideu significaram o reconhecimento, ao mais alto nível político, do valor da integração econômica nas atuais circunstâncias.

Como era natural, a crise atual também afetou os esquemas de cooperação e integração da América Latina. As políticas restritivas das importações afetaram em muitos casos mais os produtos de origem intrazonal que os provenientes de terceiros países. Trata-se agora de reverter esta tendência procíclica do comércio intra-regional e de colocar o potencial do mercado latino-americano a serviço de uma estratégia anticíclica e de expansão da atividade econômica regional. O trabalho não é fácil, uma vez que os benefícios de expansão do comércio regional podem demorar mais tempo do que o prometido por causa dos urgentes requerimentos da crise.

Um estímulo à cooperação e integração regional pode provir do aproveitamento do enorme potencial do comércio entre os países latino-americanos, que até o presente tem sido desperdiçado. Há poucas semanas o Senhor Presidente Sanguinetti chamava a atenção para a brecha existente entre o comércio atual e o comércio potencial da região, determinada pelo fato de que a América Latina importa bens e serviços atualmente produzidos na própria região, que inclusive são exportados em condições de eficiência para o resto do mundo. Fechar essa brecha é uma prioridade regional imposta pela crise, pela racionalidade econômica e até pelo senso comum.

A diversidade de graus de desenvolvimento entre os países latino-americanos oferece à cooperação e integração regional um potencial verdadeiramente importante. Longe de constituir um obstáculo, esta situação pode originar forças para um maior crescimento regional. Existe, do ponto de vista econômico, uma real complementação de interesses entre os países de menor desenvolvimento econômico relativo da região e aqueles países mais desenvolvidos, que conseguiram gerar uma capacidade de oferta de bens de capital e tecnologia, que costuma estar melhor adaptada aos requerimentos dos países de menor desenvolvimento.

mas

//

//

A experiência de nossa região, bem como a européia, nos demonstra que uma expansão do comércio entre países de uma região pode ser feita sem detrimento dos interesses do resto do mundo. Pelo contrário, os efeitos reativadores que uma intensificação das relações econômicas em nível intra-regional podem ter nas economias nacionais aumentariam a importação de bens e serviços dos países industrializados e criariam condições mais propícias para o investimento privado e a transferência de tecnologia externa.

Permitam-me, agora, formular algumas reflexões que poderiam contribuir para os debates deste Seminário. Em primeiro lugar, creio que as experiências internacional e latino-americana demonstraram que os processos de cooperação e da integração em uma região o sub-região somente podem ter vitalidade na medida em que eles sejam fruto de um ativo protagonismo nacional. Nem mesmo a eficácia dos mecanismos multinacionais que se estabeleçam poderia substituir a força da própria convicção dos países participantes, que ao cooperar e integrar-se entre si satisfazem seus mais vitais interesses nacionais. Não é por acaso esta convicção que sustentou a vigência do Tratado de Montevideu, a criação do Grupo Andino, do SELA e, mais recentemente, a transformação da ALALC em ALADI?

Os organismos internacionais podem e devem colaborar com idéias e estudos, com a transmissão de outras experiências, com assistência técnica, mas nunca podem substituir o papel protagônico dos governos nacionais. Este papel protagônico reconhece pelo menos dois níveis: a gestação de iniciativas e sua colocação em prática. É talvez neste segundo plano onde se observaram maiores insuficiências nos últimos anos. Para remediá-lo deveria ser acentuada a cooperação técnica orientada para o fortalecimento institucional, especialmente em favor de organismos nacionais relacionados com a integração, especializados em comércio exterior, bem como na identificação e execução de projetos de desenvolvimento.

Em segundo lugar, acredito que a participação do setor empresarial constitui um fator importante do protagonismo nacional na cooperação e integração regional. Refiro-me tanto aos empresários privados quanto públicos, seja qual for a atividade econômica em que operem, na medida em que estiverem atual ou potencialmente vinculados com o aproveitamento dos mercados e recursos da região. As rodadas de negociações organizadas pela ALADI e pelo Grupo Andino constituem uma contribuição valiosa para a promoção das atividades deste setor no âmbito intra-regional e de integração latino-americana. Cabe explorar as formas de estender estas experiências e aproveitar a cooperação técnica de organismos e associações regionais para reunir empresários de países da região no exame de projetos selecionados, cuja viabilidade requeira unir recursos e de mercados de mais de um país. Vejo aqui um amplo campo de colaboração entre nosso Banco, seu organismo especializado na integração, que é o INTAL e proximamente a Corporação Interamericana de Investimentos, bem como outros organismos da região, têm ampla experiência em cooperação e integração econômica regional ou sub-regional.

Estas rodadas de negociações latino-americanas, onde se vinculem projetos de um país em particular com mercados, recursos, tecnologia e capacidade empresarial de outros, poderiam adquirir maior importância na integração regional, favorecendo especialmente a participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

//

//

Ultimamente temos observado iniciativas originais na promoção do comércio regional através de formas não convencionais de comércio, dentre as quais se destacam diversas modalidades de comércio compensado. Um exemplo recente está constituído pelo projeto multinacional LATINEQUIP, velho sonho de um grupo de visionários latino-americanos ao abrir caminhos para novos tratamentos de intercâmbio regional de bens de capital e tecnologia.

Estas novas formas de comércio e investimento podem servir de complemento para os mecanismos regionais e sub-regionais de liberação comercial e de cooperação econômica. Na medida em que não constituam meios dissimulados para um retorno a modalidades de bilateralismo e discriminação comercial, elas podem contribuir para a expansão do intercâmbio comercial intra-latino-americano e para a integração regional. Sua eficácia dependerá, em grande parte, da disseminação de informação comercial e de oportunidades de negociações na região, bem como do fortalecimento da capacidade empresarial e de comercialização externa. Este é outro campo propício para uma ativa participação do setor privado latino-americano.

Senhores Representantes, nossas duas instituições compartilharam de um capítulo da história do desenvolvimento latino-americano. Temos pela frente um longo caminho, no qual muitas vezes nossas respectivas agendas de trabalho estarão chamadas a se complementar. No ano passado, neste mesmo foro, tive a oportunidade de referir-me a dois campos nos quais podemos ter interesses convergentes e que são o desenvolvimento da infra-estrutura e os mecanismos de pagamentos e de financiamento do comércio intrazonal. Hoje esbocei algumas idéias que podem abrir frutíferas possibilidades de complementação e cooperação no futuro. Outras iniciativas surgirão dos próprios trabalhos que está realizando a Associação e, em particular, dos requerimentos de sua próxima rodada de negociações multilaterais, bem como dos constantes esforços aqui realizados em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Sempre estivemos, e continuaremos estando, dispostos a atender prontamente os pedidos de cooperação originados nesta Associação que sentimos tão perto de nós e de nossa missão; embora nem sempre nossos mandatos e competências nos permitam satisfazê-los na forma desejada, o faremos de forma direta ou através de nosso Instituto para a Integração da América Latina, cujos 20 anos a serviço da integração regional celebraremos no próximo mês de agosto. Tenho a certeza de que as recomendações e conclusões do Seminário que hoje se inicia permitirão a nossos técnicos delinear uma agenda de cooperação entre a ALADI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, consoante a importância que os Governos da região atribuíram à integração econômica da América Latina.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Senhor Presidente, agradeço profundamente suas palavras e a exortação feita a todos nós, Representantes da ALADI, neste foro, que constitui mais uma demonstração do enorme interesse que a Instituição presidida dignamente por Vossa Senhoria tem por todos nós, a exortação para melhorar e ampliar os estudos que estão sendo feitos na rodada de negociações e, posteriormente, para um final feliz destes trabalhos.

Muito obrigado.

Senhores, declaramos encerrada esta sessão extraordinária.